A AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ROSILENE DE JESUS GARCIA

RESUMO
As reflexões apresentadas neste artigo nos levam a enxergar os educadores de hoje como agentes comprometidos com a promoção da identidade e da autonomia dos alunos. O texto destaca a relevância de implementar propostas pedagógicas que incentivem as crianças a desenvolver uma autoimagem positiva, a construir uma identidade sólida, a fortalecer sua autonomia e a aumentar a confiança em seu processo de descoberta e aprendizado. O foco central é como a autonomia e a identidade das crianças são trabalhadas nas atividades do dia a dia, constituindo o tema principal desta discussão. A construção da identidade e da autonomia está relacionada ao conhecimento gradual que as crianças adquirem sobre si mesmas, à formação de uma autoimagem baseada nesse conhecimento e à capacidade de utilizar os recursos pessoais disponíveis em diferentes momentos.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia; Educação Infantil; Desenvolvimento Infantil.

ABSTRACT
The reflections presented in this article lead us to see today's educators as agents committed to promoting students' identity and autonomy. The text highlights the relevance of implementing pedagogical proposals that encourage children to develop a positive self-image, build a solid identity, strengthen their autonomy and increase confidence in their process of discovery and learning. The central focus is how children's autonomy and identity are worked on in everyday activities, constituting the main theme of this discussion. The construction of identity and autonomy is related to the gradual knowledge that children acquire about themselves, the formation of a self-image based on this knowledge and the ability to use the personal resources available at different times.

KEYWORDS: Autonomy; Early Childhood Education; Child Development.

INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda não há registros concretos de aplicação prática e consistente da Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, especialmente na Educação Infantil. Embora seu nome seja frequentemente citado como inspiração e suas ideias apareçam em temas transversais, é raro encontrar escolas que utilizam suas teorias como base para todas as práticas pedagógicas. Na verdade, exemplos assim são extremamente escassos, mesmo sendo Paulo Freire o terceiro pensador mais citado em produções acadêmicas ao redor do mundo.

Essa realidade pode ser explicada, em parte, pelo desinteresse do sistema capitalista em promover a independência e a emancipação dos educandos, que são valores centrais da pedagogia freireana. Quando surgem iniciativas pedagógicas mais libertadoras, elas geralmente estão vinculadas a contextos privados e inspiradas por modelos internacionais, como os de Rudolf Steiner, Maria Montessori ou Emmi Pikler. Embora esses educadores sejam referências globais de grande valor, é curioso observar que, no Brasil, Paulo Freire, uma figura igualmente relevante e admirada internacionalmente, ainda é subvalorizado na prática cotidiana das escolas.

Fala-se muito de Freire na teoria, nas universidades e nos estudos acadêmicos, mas sua metodologia e princípios pedagógicos frequentemente ficam em segundo plano, ofuscados por nomes estrangeiros que, para muitos brasileiros, parecem mais atrativos ou alinhados às tendências do momento.

Como Paulo Freire (1996) nos ensina:

> “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 66).

A busca pela autonomia infantil, tão associada atualmente às teorias de Montessori, já era objeto de reflexão de Freire há mais de duas décadas. Ele nos chama a atenção para o respeito ao outro — que, no contexto educacional, inclui a criança — como um direito

fundamental e um dever ético inegociável.
Nesse sentido, é crucial reconhecermos que a criança também tem direito a ser ouvida e respeitada. Para nós, enquanto educadores, surge o questionamento: estamos realmente ouvindo as crianças? Considerando que os modelos tradicionais de ensino muitas vezes as desqualificam e invalidam suas ações, torna-se urgente repensar nossas práticas pedagógicas. Precisamos refletir sobre como promover espaços onde a voz da criança seja valorizada, respeitando sua autonomia e dignidade.

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
Historicamente, a educação infantil foi marcada por uma abordagem assistencialista, sendo vista principalmente como um espaço voltado ao cuidado das crianças. Com o tempo, no entanto, as transformações nas concepções educacionais levaram a uma compreensão mais ampla, reconhecendo-a como parte fundamental do processo educativo. Atualmente, ao se tratar da Educação Infantil, não se pode separar o ato de cuidar do ato de educar, já que ambos são eixos centrais que definem e estruturam o ambiente escolar nessa fase da educação.
Somos submetidos a um modelo de educação que nos transforma em indivíduos passivos diante dos acontecimentos e subordinados àqueles que demonstram poder e autoridade sobre nós. Desenvolvemos ideias e comportamentos padronizados, como descreve Rubem Alves:

"A educação é isso: o processo pelo qual nossos corpos se moldam às palavras que nos ensinam. Eu não sou eu: sou as palavras que os outros plantaram em mim."
Essa reflexão se conecta à visão de Fernando Pessoa, que afirmou: "Sou o intervalo entre o meu desejo e aquilo que os desejos dos outros fizeram de mim." (ALVES, 1994, p. 19).

Ambos os autores nos convidam a questionar a forma como a educação influencia nossa identidade e liberdade, moldando-nos conforme expectativas e desejos alheios.
Diversos fatores e indivíduos contribuem para a construção de quem somos, influenciando nossas decisões, pensamentos e a maneira como nos formamos enquanto seres humanos. Pais, professores, líderes religiosos e políticos exercem um papel significativo nesse processo. Além disso, somos amplamente influenciados pelos meios de comunicação, que se apresentam como uma das formas mais eficazes de disseminar ideias. Entre eles, destaca-se a televisão, que se sobressai na massificação cultural, ao impor padrões e uniformizar comportamentos e valores.
Apesar das discussões atuais sobre métodos alternativos de educação, a escola ainda é considerada, em nossa sociedade, a principal via para a aquisição de conhecimento e um passo obrigatório para a ascensão social. Ela está profundamente vinculada à nossa cultura, refletindo uma estrutura semelhante à da própria sociedade. Essa relação se torna evidente ao observarmos a presença de um sistema hierárquico disciplinar, uma organização seriada e a segmentação por séries.

A escola, com toda a sua autoridade, tem o poder de transformar seus alunos em sujeitos passivos. Ela impõe suas ideias de forma inquestionável, ensinando as crianças, desde cedo, a absorver e reproduzir suas lições de maneira tão eficiente que elas se tornam incapazes de pensar de forma independente. Assim, tornam-se meros ecos das fórmulas ensinadas e aprendidas, perdendo a capacidade de expressar algo novo ou diferente (ALVES, 1994, p. 27).

As crianças são educadas para servir à sociedade, preparadas para, no futuro, exercerem profissões que prometem dar sentido às suas vidas e realizá-las como seres humanos. No entanto, a realidade é bem diferente: essas crianças, formadas por meio de técnicas que as transformam em profissionais especializados em diversas áreas, frequentemente acabam frustradas, atormentadas por seus próprios conflitos ou tão ocupadas que se esquecem de si mesmas. Os homens conseguem construir grandes máquinas, avançar na medicina e desvendar os segredos da natureza e do universo, mas permanecem incapazes de compreender a si mesmos e ao outro. Isso acontece porque não existem fórmulas prontas para tal compreensão, e essas questões nunca foram en-

sinadas na escola.
Segundo Nietzsche, o que a escola faz "é um treinamento brutal, com o propósito de preparar vastos números de jovens, no menor espaço e tempo possível, para se tornarem usáveis e abusáveis, a serviço do governo." Rubem Alves, no entanto, reformulou essa afirmação, substituindo "a serviço do governo" por "a serviço da economia", ressaltando como a educação atual serve aos interesses econômicos, transformando os indivíduos em instrumentos de produção.
A educação formal restringe as possibilidades de fantasia e criatividade, oferecendo respostas prontas e anulando a experimentação e a capacidade de formular hipóteses pelas próprias crianças. Esse processo ignora o fato de que as crianças têm um pensamento próprio que deve ser estimulado, talvez devido à falta de tempo, às exigências curriculares ou ao despreparo de alguns professores. Independentemente da causa, o que observamos é que a escola adota padrões rígidos, desconsiderando as diferenças individuais, regionais e os históricos de vida de cada aluno, agindo de forma extremamente autoritária. Isso pode ser evidenciado na afirmação de Reimer(1979):

As escolas, de forma evidente, são planejadas para impedir que as crianças aprendam aquilo que realmente desperta seu interesse, ao mesmo tempo em que lhes impõem o que devem saber. Como consequência, muitas aprendem a ler, mas não desenvolvem o gosto pela leitura, dominam os algarismos, mas acabam detestando a matemática. Enquanto isso, confinadas nas salas de aula, aprendem apenas o que lhes convém nos espaços não planejados para o ensino, como saguões, pátios e lavatórios (REIMER, 1979, p. 151).

Devido a esse modelo de educação, encontramos jovens e adultos sem iniciativa, que se tornam meros reprodutores de conhecimentos. São indivíduos com dificuldades de integração e cooperação, incapazes de agir de forma autônoma ou trabalhar em conjunto de maneira eficaz.

A ESCUTA ATIVA
Para despertar a curiosidade epistemológica nas crianças, é essencial que o educador adote uma postura de escuta ativa e paciência pedagógica.
Paulo Freire ressalta que:

a escuta vai muito além da simples capacidade de ouvir ou de um ato de cordialidade; trata-se de uma atenção genuína ao que o aluno expressa, aprendendo a escutar o que é diferente e a conviver e crescer com essa diferença (FREIRE, 1997, p. 59).

Somente a partir dessa escuta consolidada será possível estabelecer um diálogo eficaz entre todos os envolvidos no processo educativo, promovendo a autonomia, a reflexão crítica e, consequentemente, transformando a história da educação em nosso país.
Freire também propõe uma visão de escola que envolva crianças e pais como agentes reflexivos, construindo práticas pedagógicas e analisando o currículo a partir da realidade dos alunos. Não apenas o currículo explícito, mas também aquele presente nas vivências cotidianas da escola.

Ele idealiza "uma educação aberta, democrática, que estimula nas crianças o gosto pela pergunta, a paixão pelo saber, a curiosidade, a alegria de criar e o prazer do risco, sem o qual não há criação" (FREIRE, 2001, p. 141).

Essa liberdade criativa, que fomenta a curiosidade e a alegria da descoberta, dialoga profundamente com os princípios da educação infantil, onde o brincar ocupa um lugar central. O brincar é uma das atividades mais significativas no desenvolvimento infantil, e, por isso, deve ser incentivado. Assim, é possível criar um ambiente escolar que favoreça os objetivos mais fundamentais da educação: estimular a criatividade, a autonomia e a construção do conhecimento de forma prazerosa e significativa.
A brincadeira é a base de todos os hábitos, conforme nos lembra Walter Benjamin: "Comer, dormir, vestir-se, lavar-se, devem ser inculcados no pequeno através de brincadeiras, acompanhados pelo ritmo de versos e canções.

É da brincadeira que nasce o hábito, e mesmo em sua forma mais rígida o hábito con-

serva até o fim alguns resíduos da brincadeira. Os hábitos são formas petrificadas, irreconhecíveis, de nossa primeira felicidade e de nosso primeiro terror" (BENJAMIN, 1994, p. 253).

A brincadeira, portanto, não é apenas uma atividade lúdica, mas um elemento central na construção dos primeiros hábitos e na formação da subjetividade infantil.
Para Rousseau (1995), um dos pioneiros da educação humanista, a autonomia da criança está em deixá-la viver seu mundo infantil de maneira natural e livre, sem, no entanto, negligenciar suas necessidades. Ele argumenta que é por meio da compreensão de sua dependência social que a criança aprenderá que suas ações no mundo precisam ser limitadas. Para Rousseau, é essa percepção que efetivamente forma um indivíduo autônomo.
Essa visão dialoga diretamente com a concepção de liberdade proposta por Paulo Freire, na qual o brincar e a interação social desempenham um papel essencial no desenvolvimento da consciência crítica. Tanto Rousseau quanto Freire entendem que é no equilíbrio entre liberdade e responsabilidade que a autonomia se consolida, sendo o brincar um espaço privilegiado para a construção dessa consciência. O brincar e a interação social não apenas estimulam o desenvolvimento infantil, mas também são instrumentos fundamentais para que a criança compreenda o mundo ao seu redor e seu papel nele.
A função de educar se manifesta no compromisso pedagógico de organizar situações que promovam experiências significativas para as crianças. Essas vivências devem abranger tanto o conhecimento de si mesmas quanto do mundo, envolvendo dimensões emocionais e afetivas que contribuem para uma aprendizagem mais profunda e relevante. Sob essa perspectiva, entende-se que a educação infantil, como processo humanizador, tem o papel de formar a criança como um ser humano integral, desenvolvendo-a em todas as suas dimensões: cognitiva, emocional, social, física e moral.

Para que essa formação integral seja alcançada, é fundamental que a Educação Infantil se constitua como "um ambiente que garanta a segurança física e psicológica das crianças, assegurando-lhes oportunidades de exploração, de construção de sentidos pessoais e que se preocupe com a forma pela qual elas estão percebendo-se como sujeitos" (MARAFON, 2012, p. 132).

Assim, a escola deve ser um espaço que não apenas fomenta o aprendizado, mas que também valorize a individualidade das crianças, promovendo um ambiente acolhedor e propício ao seu pleno desenvolvimento.

O PAPEL DO PROFESSOR
A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, representa o início do processo de escolarização das crianças. É nesse contexto que se estabelecem as bases para o desenvolvimento humano, por meio de rodas de conversa, músicas, jogos e brincadeiras, sempre respeitando o sujeito criança, que chega à escola com seu repertório de conhecimentos, vivências e hipóteses sobre o mundo. Como destaca Oliveira (2002), é essencial "valorizar, nas crianças, a construção de identidade pessoal e de sociabilidade, o que envolve um aprendizado de direitos e deveres, (bem como) ampliar certos requisitos necessários para a adequada inserção da criança no mundo atual: sensibilidade (estética e interpessoal), solidariedade (intelectual e comportamental) e senso crítico (autonomia, pensamento divergente)" (p. 49-50). Esses elementos refletem, segundo uma perspectiva libertadora, alguns dos papéis fundamentais do educador da infância.
De acordo com o Parâmetro de Qualidade para a Educação Infantil (2006), a autonomia é um direito da criança e deve ser incorporada aos processos cotidianos de aprendizagem. No entanto, esse direito só pode ser efetivado se a criança for reconhecida como um sujeito ativo na construção de seus conhecimentos, respeitando-se seu modo único de perceber e interagir com o mundo. Cada criança é singular e precisa ser compreendida em sua individualidade.
Desenvolver a autonomia, portanto, exige evitar coagir as crianças a agir segundo as expectativas dos adultos, optando por respeitar sua vontade, sua realidade, seu tempo e sua personalidade. Isso significa criar

espaços de liberdade onde elas possam se expressar livremente, ao mesmo tempo em que são guiadas pelos caminhos do saber por meio de práticas pedagógicas fundamentadas no respeito, na ética e na escuta sensível.

A escola deve valorizar e respeitar os saberes socialmente construídos pelos alunos em suas vivências comunitárias. Mesmo as crianças, por mais jovens que sejam, sempre trazem algum conhecimento prévio, ideias ou imaginações sobre os conteúdos que serão apresentados. É essencial não subestimar as crianças por sua idade, mas considerar o que elas já sabem para, a partir desse ponto, construir novos aprendizados, conectando-os aos seus interesses, hábitos e formas de ser.

O bom educador não adota a postura do "faça o que eu mando, mas não o que eu faço". Ele compreende que palavras sem o respaldo de atitudes consistentes têm pouco valor. Para ensinar com eficácia, é preciso oferecer um exemplo coerente que reforce, na prática, aquilo que é ensinado. Especialmente no caso das crianças, que desde cedo aprendem por imitação, os adultos tornam-se modelos que elas observam e reproduzem, muitas vezes de forma inconsciente, enquanto exploram e experimentam o mundo ao seu redor.

Por isso, é fundamental que os educadores estejam atentos aos sinais que transmitem, tanto em suas ações quanto em sua maneira de estar no mundo e de se expressar. A postura e os comportamentos do professor influenciam diretamente a formação das crianças, tornando a prática pedagógica um testemunho vivo dos valores e princípios que se deseja ensinar.

Dar aulas, especialmente para crianças, é uma das atividades mais desafiadoras e arriscadas. As crianças são extremamente observadoras, absorvem tudo ao seu redor e são muito exigentes. Precisamos abraçar esse desafio e nos lançar na fascinante jornada da Educação Infantil. Para isso, é fundamental estarmos abertos e flexíveis às novidades, pois o contato com os educandos nos leva a questionar estereótipos e preconceitos enraizados. Acima de tudo, devemos nos libertar de nossos próprios preconceitos, pois discriminações relacionadas à raça, classe social ou gênero ferem a subjetividade do indivíduo e negam os princípios da democracia.

Como educadores, é essencial respeitar a autonomia, dignidade e identidade de nossos alunos. Isso é um compromisso ético, e qualquer desvio nessa direção configura uma transgressão. Professores autoritários ou permissivos são igualmente contrários à ética educativa. Ensinar exige reconhecer e valorizar a curiosidade, a expressão estética, as inquietações, a linguagem e as diferenças dos alunos. Muitas crianças são desrespeitadas tanto em casa quanto na escola, simplesmente por serem crianças e não apresentarem argumentos lógicos como os adultos. No entanto, elas têm os mesmos direitos de serem ouvidas e consideradas em suas ideias.

Cabe a nós, professores, guiá-las com nossa experiência, oferecendo limites quando necessário, mas sempre com respeito e amor. Não podemos nos eximir do dever de ensinar e de estabelecer limites de maneira respeitosa, participando ativamente do processo de formação de cada aluno.

A esperança de que professores e alunos possam, juntos, aprender, ensinar, questionar, criar e superar desafios é essencial para o processo educativo. O ser humano é, por natureza, movido pela esperança. Por isso, não há nada mais desolador do que um professor desmotivado, sem entusiasmo ou fé em sua própria profissão. Embora enfrentemos muitos desafios e dificuldades, é fundamental encontrar forças e usar nossas habilidades morais e intelectuais para promover uma educação de qualidade para as crianças, que representam o futuro da humanidade.

A história deve ser compreendida como um campo de possibilidades, e não como algo predeterminado. O mundo não é estático; ele está em constante transformação. Nosso papel histórico não se limita a observar os acontecimentos, mas a agir como protagonistas dessas mudanças. Não constatamos para nos conformar, mas para modificar a realidade. Com base nesse entendimento, devemos planejar nossas ações político-pedagógicas, independentemente do projeto educacional ao qual estamos ligados.

Além disso, é crucial compreender as dinâ-

micas entre pais e filhos, reconhecendo que nossa intervenção, muitas vezes, é necessária. Sabemos que o contexto familiar exerce uma influência significativa na aprendizagem dos alunos. Por isso, precisamos ter confiança em nossa capacidade de transformar realidades e jamais nos calar diante de injustiças. Nossa atuação pode e deve ser um agente de mudança no caminho para uma educação mais justa e igualitária.

Procedimentos autoritários ou paternalistas bloqueiam a curiosidade tanto do educando quanto do próprio educador. Um ambiente pedagógico democrático e saudável ajuda o aluno a compreender, de forma ética, os limites necessários, reconhecendo que sua curiosidade não deve invadir a privacidade alheia nem a expor de maneira inadequada. Como professor, devo entender que, sem a curiosidade que me impulsiona, não sou capaz de aprender ou ensinar. É essencial que tanto alunos quanto professores cultivem uma postura curiosa, aberta, questionadora e engajada, evitando atitudes passivas durante os momentos de diálogo e troca.

As crianças, por natureza, são extremamente curiosas, questionadoras e, muitas vezes, persistentes em suas dúvidas, porque o mundo é um território novo a ser explorado. Cabe a nós, educadores, acolher essas inquietações com paciência e valorizá-las, pois, elas são a essência do processo de aprendizado. Essa curiosidade, seja de adultos ou crianças, é o que nos motiva a buscar conhecimento continuamente.

A segurança no ensino está alicerçada na competência profissional. A falta de preparo e qualificação do professor enfraquece sua autoridade. No entanto, a autoridade deve ser exercida com generosidade, não com arrogância. O educando que pratica sua liberdade se torna mais consciente e responsável à medida que aprende a assumir, eticamente, as consequências de suas escolhas. Ser generoso, no contexto educativo, não significa aceitar tudo, mas sim respeitar o ritmo de cada aluno, ouvir atentamente e compartilhar saberes sem disputas de poder. Apenas um professor seguro, competente e confiante em seu trabalho é capaz de estabelecer esse tipo de troca genuína e transformadora com seus alunos.

A forma como os alunos nos percebe exerce grande influência sobre nosso desempenho em sala de aula. Por isso, é essencial que eu me preocupe em alinhar minhas palavras às minhas ações e garantir que minha aparência corresponda ao que verdadeiramente sou e faço. Preciso demonstrar, com clareza, minha capacidade de analisar, avaliar, comparar e agir com justiça, sem jamais me desviar da verdade. Meu exemplo deve ser ético e coerente.

O espaço pedagógico neutro, por sua vez, tende a formar alunos para práticas políticas e desvinculadas da realidade. No entanto, a vivência humana no mundo não é, nem pode ser, neutra. Precisamos nos comprometer integralmente com a prática pedagógica, pois ela extrapola o tempo que passamos na sala de aula. Ser um educador comprometido significa levar a educação como um estilo de vida, no qual estamos constantemente criando conexões, refletindo, tendo ideias e buscando boas referências para enriquecer nosso trabalho.

Esse compromisso não permite descanso completo. Ele nos convida a estarmos atentos e engajados em todo momento, transformando nossas experiências cotidianas em aprendizados e inspirações que alimentam nosso papel como educadores. Ser professor não é apenas uma profissão; é uma forma de estar no mundo, comprometida com a transformação e com a busca incessante por ensinar e aprender.

A autonomia se constrói por meio de múltiplas decisões tomadas ao longo da vida. Não é possível aprender a ser autônomo se nunca decidimos por nós mesmos, pois sempre haverá alguém decidindo em nosso lugar. Por isso, é essencial encontrar o equilíbrio entre liberdade e autoridade no cotidiano: a liberdade, para evitar posturas negligentes ou omissas; a autoridade, para impedir atitudes tirânicas. Como educadores, precisamos oferecer liberdade aos nossos alunos, mas também exigir deles a responsabilidade por essa liberdade, assim como devemos ser responsáveis ao exercer nossa autoridade com ética e competência.

Aprendemos a escutar, de fato, praticando a escuta. Apenas quem ouve o outro com paciência e criticidade consegue dialogar de forma genuína, sem recorrer à imposição autoritária. O professor que se recusa a ouvir

seus alunos bloqueia o desenvolvimento deles como sujeitos do conhecimento. Embora constantemente se fale sobre a importância da escuta para o diálogo e a comunicação, nem sempre colocamos isso em prática.

Será que compreendemos o quanto nossos alunos têm a nos ensinar? Será que percebemos como escutá-los pode fortalecer o vínculo professor-aluno e enriquecer nossa própria formação? Muitas vezes, são eles que sabem, melhor do que nós, o que realmente precisam para aprender e crescer. Assim, é fundamental abrirmos espaço para ouvi-los com atenção, entendendo que esse processo é essencial para a construção de uma relação educacional transformadora e respeitosa.

Querer bem aos educandos e à prática educativa da qual faço parte é fundamental. Essa abertura demonstra que a afetividade não me intimida e que não tenho receio de expressá-la. Ser um educador sério e comprometido não exclui, de forma alguma, a presença da afetividade. Estar aberto ao "querer bem" significa estar disponível para a alegria de viver e para a construção de relações humanas significativas. Quanto mais metódico e rigoroso sou em minha busca pelo conhecimento e no exercício da docência, mais me sinto tomado pela alegria e pela esperança.

Essas reflexões representam algumas das premissas essenciais para uma prática pedagógica consistente na educação infantil. Que elas sirvam como um guia para nossa atuação em sala de aula e inspirem novas pesquisas e estudos na área. Assim, poderemos ampliar nossa compreensão sobre a importância da autonomia no desenvolvimento das crianças e consolidar práticas que respeitem e promovam sua capacidade de aprender e crescer de maneira integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho foi de uma importância imensurável no que diz respeito à reflexão das práticas realizadas em sala de aula e ao processo de ensino e aprendizagem, que buscam oferecer autonomia na construção do conhecimento dos alunos. A partir dessa reflexão acerca da autonomia e da identidade construída no âmbito educacional possamos dar importância a essa autonomia, pois o aluno precisa dela para melhor se desenvolver em seu processo de ensino e aprendizagem. A questão da autonomia e de seu desenvolvimento nas crianças durante o processo de escolarização está se tornando cada vez mais discutido entre pesquisadores – sejam estes pedagogos ou psicólogos – pela sua importância valorativa em uma sociedade em contínua transição e pela necessidade crescente de formação e valorização de homens livres, porém socialmente e moralmente comprometidos. Portanto, esperamos que o nosso artigo possa servir de fundamentação teórica para educadores da Educação Infantil que queiram inovar suas práticas sempre revendo seus conceitos, e que comecem a ver seu aluno como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem para que, possamos alcançar evoluções no âmbito educacional e consequentemente amparando os alunos nos seus primeiros avanços cognitivos e sociais. Dessa forma, é indispensável que o educador reavalie suas práticas e que possa constantemente indagar, se de fato seus alunos estão adquirindo esta autonomia, pois a reflexão é um dos atributos que torna de fato um docente em contínua formação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. A complicada arte de ver. Caderno "Sinapse", Jornal "Folha de S.Paulo". Versão on-line, publicado em 26/10/2004.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos da Metodologia Científica: Um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília, 2006.

CORTELLA, Mario Sergio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e

políticos. 9 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da esperança. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

_____. Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

MARAFONO. Educação à Criança com Paulo Freire: Por uma Pedagogia da Educação Infantil – A Realização do Ser Mais. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. (Tese de Doutorado em Educação), 203 f. 2012.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 14. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.